

190			

HCTR φ 222

Cimi processará PM que chefiou repressão

LEVI VASCONCELOS

As bombas que a PM atirou contra os índios sábado em Coroa Vermelha vão fazer efeito por muito tempo. Ontem, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), instituição ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), anunciou que vai processar o coronel Wellington Müller, comandante da repressão, por abuso de autoridade, e denunciar as atrocidades cometidas nos últimos seis anos pelo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso contra os povos indígenas na Comissão Interamericana dos Direitos Humanos.

Além disso, os bispos de todo o país receberão uma carta relatando os fatos ocorridos em Coroa Vermelha concitando-os a refletir sobre a conveniência ou não de participarem da celebração da missa de amanhã, próximo ao local dos acontecimentos. As decisões foram anunciadas ontem pelo vice-presidente do Cimi, Saulo Feitosa, em entrevista coletiva que teve a participação do secretário-adjunto da entidade, Roberto Liebgott, e da senadora petista Marina da Silva (AC).

Feitosa acusou a PM baiana de "violenta, covarde e traidora", depois de ter dito que os índios foram emboscados. "Desde o início, a PM nos faz acusações levianas, dizendo que estávamos manipulando os índios, como se os índios não tivessem capacidade de pensar, se organi-



Saulo Feitosa (C) acusou a PM baiana de violenta e disse que os índios foram emboscados

zar e se manifestar por si só. Agora está tentando arranjar bodes expiatórios para as arbitrariedades que cometeu". Segundo ele, desde o ano passado a realização dos atos paralelos à programação oficial dos 500 anos vinha sendo negociada com o governo federal sem sucesso e, até mesmo no sábado, momentos antes do incidente do meio-dia, o cel. Müller havia dado a palavra de que os índios po-

deriam fazer a caminhada até Porto Seguro.

Acusações contra FHC

O Cimi já pediu uma audiência na Comissão Interamericana dos Direitos Humanos para outubro, quando pretende relatar oficialmente às autoridades internacionais a situação dos povos indígenas brasileiros. "Nós não representamos os índios. Somos uma entidade

de apoio irrestrito às manifestações dos índios há mais de 30 anos, hoje com mais presença do que o órgão oficial, que é a Funai. Trabalhamos com 184 dos 215 povos indígenas do Brasil, com 103 equipes", observou. Entre os crimes que teriam sido cometidos pelo governo de FHC contra os povos indígenas listados pelo Cimi estão os episódios de sábado em Coroa Vermelha, e a invasão pela PM da reserva de Pau Brasil, no ano passado.

No rol dos episódios que serão denunciados pelo Cimi estão "o genocídio do povo Sararé, em Mato Grosso, ocorrido em 1996, o suicídio Kaiová, a redução de terra indígena com base no Decreto 1.775/96 e os dois casos mais graves que ocorrerem hoje com relação às terras indígenas no Brasil: a demarcação das terras de Raposa Serra do Sol, em Roraima, "processo que se arrasta há mais de dez anos e o governo não homologa porque é refém dos políticos locais, e a invasão da reserva Xucuru, em Pesqueira, em Pernambuco, principalmente por parentes do vice-presidente Marco Maciel, que resultou em 1998 no assassinato do cacique Chicão".

Procuradores vão apurar responsabilidades

Três procuradores da República na Bahia começaram a trabalhar ontem nos preparativos para instaurar um inquérito civil público no qual deverão ser apuradas as responsabilidades pelos incidentes ocorridos em Santa Cruz Cabralia e Porto Seguro, durante as comemorações dos 500 anos do Descobrimento. Inicialmente, o Ministério Público Federal

agirá em duas frentes.

Na primeira, o objetivo será apurar as responsabilidades pelos danos morais e físicos causados aos índios que participaram de uma passeata e "foram violentados por policiais militares", segundo o procurador da República em Ilhéus, Márcio Torres. O segundo fato a ser investigado é o "fechamento, por quase 24 horas, da

cidade de Porto Seguro".

Márcio Torres explicou que, a pretexto de garantir a segurança do presidente Fernando Henrique, foi tomada uma medida "extrema" que causou prejuízos e incômodos. "Pessoas que estavam com crianças em automóveis não conseguiam chegar à cidade", disse. Além dele, devem participar do inquérito os procuradores Ro-

bério Filho e Paulo Fontes.

O representante do MPF em Ilhéus não quis prever quanto tempo levará para concluir as investigações. "Queremos descobrir, por exemplo, quem deu a ordem para a polícia entrar em ação", explicou. Com base nessa informação, os procuradores decidirão se será proposta uma ação contra o Estado da Bahia ou contra a União, por exemplo.

A CRONOLOGIA DA VIOLENCIA

Nos hospitais de Porto Seguro, Santa Cruz de Cabralia e nos postos da Funai e da Fundação Nacional de Saúde, mais de 30 pessoas foram atendidas em consequência de ferimentos causados pelas bombas atiradas pela PM. Entre elas estão cinco índios, três de Alagoas e dois do Mato Grosso do Sul, inclusive uma índia kaiová, que estavam sob cuidados médicos e só foram embora ontem.

Eis a cronologia dos acontecimentos que resultaram na violência no dia dos 500 anos do Brasil.

DIA 5 DE ABRIL - A PM invade a reserva indígena de Coroa Vermelha e derruba o monumento da resistência indígena projetado pelo artista galês Dan Baron. Segundo o Cimi, a ordem partiu do ministro do Esporte e Turismo, Rafael Grecca. O argumento oficial: o monumento estava ferindo o Estudo de Impacto Ambiental da área. Instala-se a crise entre índios e governo.

DIA 10 DE ABRIL - O governo faz alguns aliados entre os índios, inclusive o cacique Carajá, de Coroa Vermelha. Os índios entregam duas laudas, sem nenhum texto, com 40 assinaturas, ao representante do ministro Grecca, Ivo Lima. O governo aceita o monumento indígena no lugar que os índios queriam, mas exige que o autor da obra seja brasileiro. O índio pataxó Crispim é indicado para o trabalho.

DIA 12 DE ABRIL - Após uma reunião com os "índios amigos", pela manhã, Ivo Lima dita um texto para uma índia, no qual o presidente Fernando Henrique Cardoso é convidado para ir a Coroa Vermelha e a presença da PM na reserva, "para fazer a segurança das obras", é pedida. Ao meio-dia o documento é entregue ao governador César Borges.

DIA 15 DE ABRIL - Chegam a Monte Pascoal os índios de outros estados para participar da Conferência dos 500 Anos dos Povos Indígenas e tomam conhecimento do documento. Vaia geral.

DIA 17 DE ABRIL - Começa a Conferência Indígena em Coroa Vermelha e as divergências entre os índios se cristaliza. O governo tenta se aproximar mais dos índios mandando colchões, sanitários químicos e duas mil quentinhas (o que se repetiria todos os dias).

DIA 19 DE ABRIL - Os índios aceitaram os colchões, os sanitários e as quentinhas, mas recusaram, por maioria, a idéia de encontrar-se com o presidente Fernando Henrique Cardoso no dia 22, com a ressalva de que

marcariam audiência para entregar o documento final da Conferência em outra data. Houve mais duas tentativas de se aprovar o encontro com FHC, ambas derrubadas no plenário.

DIA 21 DE ABRIL - Na plenária da Conferência Indígena, a proposta de unir os índios aos sem-terra e aos grupos do movimento "Brasil que a gente quer são outros 500" numa caminhada de Coroa Vermelha a Porto Seguro, que culminaria com um ato de protesto na Praça das Pitangueiras, é aprovada por maioria bastante apertada. Parlamentares opositores tentam, sem sucesso, negociar com o governo a realização do protesto em Porto Seguro. O consentimento fica restrito a Coroa Vermelha. O acesso a Porto Seguro por Eunápolis é bloqueado.

DIA 22 DE ABRIL (SÁBADO, 8 HORAS DA MANHÃ) - Manifestantes dos "Outros 500" começam a se aglomerar em Coroa Vermelha. Os índios pataxós governistas recusam a entrada deles na área da reserva. A PM, que estava próxima, é convocada, e, sob o pretexto de "proteger a reserva", ataca os manifestantes espancando alguns e prendendo 141 estudantes. O índio Crispim e militantes do MNU saem feridos. A autorização do protesto em Coroa Vermelha é suspensa.

DIA 22 DE ABRIL (DAS 9 ÀS 11H30) - Parlamentares da oposição tentam negociar com o Cel. Müller a libertação dos presos e a realização do protesto. Cogita-se de transferir o ato para Santa Cruz de Cabralia.

DIA 22 DE ABRIL (MEIO-DIA) - Os índios iniciam a marcha até Porto Seguro sozinhos, saindo do local da Conferência, dois quilômetros ao norte do ponto em que está a cruz de Coroa Vermelha. No caminho, manifestantes dos "Outros 500", parlamentares da oposição e o presidente da Funai, Carlos Marés, juntam-se aos índios. Na divisa entre Porto Seguro e Cabralia, dois quilômetros ao sul, a tropa de choque da PM os recebe com bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral. Mais de 30 saem feridos.

DIA 22 DE ABRIL (À TARDE) - Trinta missionários do Cimi são impedidos de circular pela PM num hotel em Coroa Vermelha. O juiz de Cabralia Ailton Pinheiro ordena a soltura dos missionários e não é acatado. Vai pessoalmente e dá voz de prisão ao Cel. Müller. Mais uma vez não foi acatado. "Quero ver quem é que vai me prender diante da minha tropa".

DIA 23 (DOMINGO) - Os índios partem revoltados, prometendo denunciar o governo ao Ministério Público Federal.